

Nem Covas acha que votação começa logo

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, não acredita que a votação do projeto constitucional comece antes do final de janeiro, em razão, principalmente, do atraso provocado pelo Centrão que, no seu entender, parece desejar o atraso na promulgação da nova Constituição brasileira, como forma de inviabilizar a realização de eleições presidenciais no ano que vem.

Covas está convencido de que os constantes atrasos na elaboração do texto constitucional ameaçam cada vez mais a realização das eleições, inclusive as eleições municipais. Se a Constituição não for promulgada até o mês de fevereiro, o que dificilmente acontecerá, estarão praticamente comprometidas as eleições presidenciais.

E o atraso, segundo ele, está sendo provocado pelo Centrão. Lembrou que na última reunião logo após a vitória do grupo conservador, o Centrão como preliminar a qualquer acordo, exigiu que o prazo para apresentação de emendas fosse jogado para o começo

de janeiro, entre os dias quatro e onze.

A sessão de amanhã, marcada para votação dos destaques que restam para concluir o processo de mudança regimental, com certeza, não terá quorum para ser realizada, o que atrasará ainda mais a votação do texto constituinte.

Covas observa que o Centrão, assim que derrotou o seu destaque, retirou-se do plenário, não permitindo a votação dos outros pontos e provocando, conseqüentemente, mais um atraso: "só fui entender a estratégia do Centrão no dia seguinte — confesso que estou pensando um pouco de vagar".

O deputado Egydio Ferreira Lima pensa que, apesar dos atrasos, é possível realizar, ainda, eleições presidenciais no ano que vem. Ele acha que a Constituição, mesmo que seja promulgada só no mês de abril, permitirá a eleição de um novo presidente de 1988. O problema é que, dentro da Constituinte, cresce a opinião de que o texto constitucional não estará pronto antes de julho.

Para Brossard, a Constituinte parou

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse, ontem, que a Constituinte, depois de 11 meses de trabalho, "encalhou". Embora tenha reconhecido que os parlamentares constituintes "têm trabalhado muito" afirmou que "os métodos adotados, desde o começo, na Constituinte, não foram os melhores". Isto porque, explicou, depois de todo esse tempo, por questões regimentais, os trabalhos estão paralisados.

Durante a entrevista Brossard defendeu cinco anos para o mandato do presidente Sarney argumentando que "uma lei constitucional não pode ser

casuística e impessoal porque é a primeira das leis, a lei fundamental". O ministro disse que em toda representação parlamentar há facções extremadas, como é o caso da Constituinte, mas ressaltou que essas facções "não foram a maioria".

Ao fazer um balanço da atuação de seu ministério Paulo Brossard lamentou que a ênfase tivesse ocorrido através da Polícia Federal na repressão às drogas, quando uma quantidade impressionante de tóxico foi apreendida. "Eu desejaria que não houvesse drogas a apreender".

15 DEZ 1987

CORREIO BRAZILIENSE